

ESTUDANDO AS METAS 19 e 20

PLANO NACIONAL / PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A cada semana a Secretaria de Educação de Itatiba está apresentando uma das metas do Plano Nacional de Educação, a fim de garantir a divulgação, reflexão e o debate das 20 metas para toda a comunidade escolar, conselhos e segmentos representativos da sociedade que trabalharão na comissão organizadora e Câmaras Temáticas que farão parte do Fórum Municipal de Educação.

➤ **Desvendando o PNE: gestão democrática pressupõe participação qualificada**

Por Ana Luiza Basílio adaptado

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das políticas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 traz entre seus princípios a gestão democrática do ensino, na forma da lei. No entanto, 26 anos após a determinação, o Brasil parece ainda não reconhecer a demanda pela democratização da gestão, que aponta para o envolvimento de outros atores nas decisões e processos das escolas. Para os especialistas ouvidos pelo **Centro de Referências em Educação Integral**, a sociedade ainda está muito presa à tradição de centralizar assuntos como educação e política na mão de gestores, prescindindo de seu direito de participação. Por isso, entendem que para o cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação, que prevê a efetivação da gestão democrática em dois anos, será necessária uma inversão no quadro que se apresenta.

Participação como precedente

Para o diretor executivo da [Agenda Pública](#), Sérgio Andrade, há um desentendimento sobre a concepção da [gestão democrática](#) e sua implementação. Para ele, embora a participação seja uma de suas premissas, é preciso ter mais clareza sobre a quem ela compete e garante que ela [a gestão democrática] se efetiva a partir do envolvimento da comunidade escolar, familiares dos alunos, funcionários das escolas, estudantes e

gestores nos conselhos escolares, “instância fundamental, e que dá a dimensão da qualidade da educação democrática nas escolas”, avalia.

Essa organização, no entendimento do professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), [Elie Ghanem](#), propiciaria maior conhecimento das características e aspirações das pessoas a quem se dirigem os serviços educacionais, “condição amplamente reconhecida no campo da pedagogia como ponto de partida da proposição de atividades escolares”, defende.

Uma fotografia escolar

Por outro lado, é fácil notar que as decisões sobre o ensino quase nunca envolvem os estudantes e seus familiares. Em muitos casos, como observa Ghanem, nem os professores participam, o que acaba por inserir a categoria do magistério na posição de mera executora das deliberações originadas pelos órgãos superiores dos sistemas de ensino.

Em sua opinião, a solução passa pelo entendimento de que a escola é parte de uma [comunidade](#) maior e de que, portanto, precisa se abrir aos seus diversos atores e ratificar um diálogo aproximado com eles. Ghanem ainda pondera que o esforço de considerar outros interlocutores no processo de [ensino aprendizagem](#) pode tensionar para abrangência de outros aspectos da vida como integrantes das práticas educacionais: “hoje a escola se mantém distante dos traços individuais, da dimensão afetiva, da sensibilidade artística, da ação política e da vida comunitária, diretrizes necessárias para a [educação integral](#) dos sujeitos”, reconhece.

No entendimento de Sérgio Andrade, esse movimento supõe o deslocamento do olhar das unidades escolares dos seus problemas corriqueiros para uma dimensão que repense o seu papel enquanto instituição. “Aí discutiremos de fato a gestão democrática, que tem em seu cerne o projeto político pedagógico (PPP)”.

Uma construção social e política

Para os especialistas, a efetivação do PPP em uma escola diz muito sobre a atuação do conselho escolar, que tem fundamental apoio na construção de uma visão política por parte dos segmentos – comunidade, professores, pais, alunos – e da representatividade

deles. Andrade entende que há um trabalho a ser realizado junto aos próprios conselheiros para que eles de fato entendam essa organização como um aparato de controle social, forma de preconizar a sua existência e valorizar a sua atuação. “Não se trata de uma célula, mas de um componente do sistema que está na escola, e que pode contar com outros instrumentos como conselhos municipais de educação, estruturas do legislativo e judiciário”, explica o especialista.

À natureza deliberativa dos conselhos cabem muitas questões próprias da escola, que acabam ficando retesadas na diretoria, como evasão escolar, distorção idade-série, demandas por formações continuadas. É preciso estabelecer essa relação de parceria a partir de proposições que qualifiquem a experiência participativa.

“Ninguém participa daquilo que não conhece. Então acho fundamental que as ações partam do acolhimento, tornando esses momentos mais interessantes”, pontua o diretor executivo da Agenda Pública.

Do âmbito escolar ao público

A dinâmica esperada para as escolas pode ser reforçada pela própria gestão pública, especialmente se os órgãos governamentais incentivarem o debate e a transformação das escolas em centros de debate público. Em Guarulhos, a organização municipal aspira à gestão democrática e vem compondo ações para tanto, dentre as quais se destacam a de apoio ao funcionamento dos três conselhos municipais [Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Fundeb e Conselho Municipal de Educação], garantia de legitimidade legal dos conselhos de escola, criação de grupos de trabalho específicos para discutir e encaminhar as políticas educacionais como proposta curricular, política para jovens e adultos, avaliação, política de formação permanente, entre outras.

Segundo a prefeitura, os esforços de consolidar a gestão democrática na política do município têm como objetivo final o bem estar dos educandos. Para tanto, a pasta da educação vem se articulando a outras, como saúde, assistência social e esportes. No bojo das ações também aparece um trabalho de formação contínuo com os gestores e a demanda por uma proposta, ainda em construção, que se aplique também aos representantes da sociedade civil.

Para o secretário de educação do município, Moacir de Souza, na medida em que as políticas forem avançando, as escolas também abrirão suas portas para receber a comunidade, contribuindo com seu próprio funcionamento. O movimento processual, no entanto, “pressupõe a participação de um conjunto enorme de atores, a articulação entre rede municipal e estadual, a realização de conferências, a construção de políticas conjuntamente, a abertura das escolas e a atualização das leis educacionais”, conclui, indicando que isso leva tempo e prevê vontade política da gestão pública.

Texto na íntegra: Fonte: <http://educacaointegral.org.br/noticias/desvendando-pne-gestao-democratica-pessupoe-participacao-qualificada/>

➤ **Desvendando o PNE: mais recursos na educação implica regime de colaboração**

Por Ana Luiza Basílio – Centro de referência em Educação Integral

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB até o final do decênio.

O financiamento se configura como um dos principais temas em debate na educação. Desde a primeira versão do Plano Nacional de Educação (PNE), que esteve em vigor de 2001 a 2011, o investimento de recursos aparece como principal responsável pelo cumprimento de apenas 33% das metas previstas. A previsão de destinar 7% do Produto Interno Bruto (PIB) à educação foi vetada na época, o que culminou com o fracasso da proposta, ignorada por gestores em todas as esferas de governo.

O desafio volta a se projetar para o decênio 2014-2024, visto que atingir os 10% do PIB em um prazo de dez anos implica um acréscimo superior a 200 bilhões, considerando que hoje a educação fica com 6,4% do PIB.

Uma dívida histórica

Para os especialistas, a educação brasileira carrega o peso de uma dívida orçamentária, motivo pelo qual defendem maior investimento de recursos e não só a melhora na gestão deles. O professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

USP Ribeirão Preto, José Marcelino, entende que o país configurou uma educação barata, que durante anos ficou na casa dos 4% do PIB, e postergou os enfrentamentos necessários, como número de matrículas adequadas em creches e pré-escolas, universalização do ensino médio e maior cobertura do ensino superior. “A população com mais recursos migrou para o ensino privado e na escola pública ficaram os estudantes cujas famílias têm menor escolarização, o que reforça a urgência de um trabalho de qualidade com o ensino público”.

Para o professor, a lógica é perversa – o aluno em melhores condições sociais pertence a um sistema que investe mais em seu aprendizado. “O gasto com um aluno no sistema público é de um terço a um quarto da mensalidade de uma escola particular”. O déficit também se estabelece quando a comparação se dá entre o Brasil e outros países, como exemplifica Marcelino. “A Coréia, que tem investimento menor se comparado ao de países ricos, o faz três vezes mais que nós. Na Finlândia, o investimento é quatro vezes o nosso”, pondera o educador, reforçando ser falacioso o argumento de que a educação brasileira não precisa de mais investimento.

A opinião é compartilhada pela coordenadora de políticas e qualidade da educação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Maria Antônia Goulart, que amplia o leque de questões diretamente associadas ao maior repasse de recursos. “Se consideramos a educação básica como algo estratégico e importante, é necessário garantirmos aos professores um plano de carreira compatível com o de alguém que lida com uma fase crucial para o desenvolvimento integral dos indivíduos”, reforça mencionando a inferioridade do cargo se comparado ao ensino superior. Para ela, a remuneração, o estímulo à formação continuada, a garantia de infraestrutura com qualificação do espaço pedagógico e a acessibilidade são questões a serem resolvidas para estabelecer uma aprendizagem significativa e uma escola para todos.

Por mais ações pactuadas

A política de financiamento proposta pelo PNE prevê, entre outras diretrizes, o regime de colaboração entre os entes federados e a complementação de recursos financeiros pela União, em caso de estados, municípios e Distrito Federal não atingirem o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e, posteriormente, o Custo Aluno

Qualidade. Para o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, a alternativa é a mais acertada, visto que os entes federados não são capazes de impactar ainda mais seus orçamentos.

Na opinião de Maria Antônia, a assistência financeira e técnica entre as unidades federativas aponta para a necessidade de um pacto que deve ser refletido em toda a sociedade. “É fundamental que esse regime de colaboração se estabeleça com responsabilidade, com um plano articulado, pactuado, e liderado pelo governo federal”, observa. Ela destaca que o movimento de qualificar a colaboração pode aumentar a capacidade de estados e municípios darem as respostas que a educação precisa.

Para apoiar no processo gestor, o Instituto Natura criou uma plataforma virtual, **Conviva**, que prevê mais eficiência não só do ponto de vista da mobilidade de recursos, mas também das tramitações necessárias para que os gestores possam se organizar com as ações burocráticas e se dedicarem com mais afinco às necessidades pedagógicas. “Entendemos que uma boa gestão potencializa os resultados e, por isso, defendemos a transparência desse processo”, explica a gerente de projetos educacionais, Beatriz Ferraz.

Os entrevistados entendem que essa responsabilidade, de alguma forma, recai também para a sociedade, que deve buscar clareza desses processos, procurar entender como funciona o financiamento, a assessoria técnica, a qualificação dos gestores, os desafios dos municípios e exercer pressão sobre gestores e legisladores.

O papel dos instrumentos de controle

Para tanto, se faz necessário reforçar os instrumentos de gestão, a fim de canalizar os esforços e facilitar a fiscalização dos aportes financeiros. Daniel Cara entende que as esferas do Tribunal de Contas, Ministério Público, e o próprio governo federal não devem operar sozinhos, mas estabelecer pontes entre si, e possibilitar o fortalecimento de conselhos e fóruns e da própria sociedade, a partir da divulgação de relatórios sobre o PNE.

Marcelino endossa o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como grande mecanismo

de repasse financeiro, visto a sua estrutura de controle social, organizada em conselhos com participação da sociedade. Para ele, é preciso fortalecer a participação dos conselhos no instrumento, e avançar para agregar a eles capacidade deliberativa para com os recursos, e não apenas de fiscalização.

Historicamente, o investimento público em educação teve aumento com a vigência, em 2006, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de seu sucessor, o Fundeb, passando para 4,3% do PIB. No mesmo ano também foi aprovado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, em caráter complementar aos recursos alocados pelo Fundeb, teve um papel importante na transparência das aplicações financeiras, respaldadas por um diagnóstico da situação das redes e pela priorização dos gestores.

Outro instrumento importante para estabelecer parâmetros é o CAQi, indicador que, segundo Daniel Cara, apoia a viabilização de outras metas do PNE, como a 17 (que trata da valorização dos profissionais do magistério) e parte significativa da meta 7 (que aborda a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades).

A implementação do índice, prevista para daqui dois anos, e as simulações feitas para tanto permitem tecer outras considerações sobre o cenário, benéficas e de curto prazo. “Hoje, o repasse da União ao Fundeb é de aproximadamente 0,2% do PIB; se esse investimento fosse da ordem de 1 a 1,1% viabilizaríamos o CAQi dentro do Fundeb. Isso não mudaria São Paulo, mas em termos de Brasil seria verdadeira revolução do ponto de vista da equidade”, avalia. O especialista entende que essa ampliação do complemento colocaria a União em um papel fiscalizador mais ativo, com maior repasse de responsabilidade à Controladoria-Geral da União (CGU). “Veja que não estamos falando aqui de 10% do PIB na educação, mas de 0,8%, o que é plenamente factível”, indica.

Mais clareza nas receitas

Para os especialistas, o movimento de ampliar recursos para a educação deve continuar, visto o comprometimento do governo federal de direcionar os royalties do pré-sal para o setor. Ainda assim, entendem que ele deve ser mais claro ao explicitar a fonte de suas receitas.

“O que temos acerca do pré-sal são projeções, não temos muita clareza do que virá daí”, reflete Maria Antônia. Para ela, é fundamental considerar a finitude desse recurso e não projetar sobre ele despesas continuadas. “A gente não pode planejar políticas ligadas a custeio com base em receitas que não têm projeção de continuidade”, garante.

José Marcelino também entende que são futuras as projeções sobre o pré-sal e afirma: “eu prefiro olhar para a questão do financiamento dentro de um país que tem uma carga tributária de 35% do PIB. Um país que tem esse cenário pode gastar 10% com a educação, mesmo entendendo que isso é um desafio”, conclui.

- ✓ Texto na íntegra: <http://educacaointegral.org.br/noticias/mais-recursos-na-educacao-implica-em-colaboracao/>

Leia mais: Estratégias das metas 19 e 20 na LEI 13005/14:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Acesse e leia mais:

- ✓ Observatório do Plano Nacional de Educação - uma ferramenta importante a ser consultada pelos interessados. O Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br), plataforma online, que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias, e oferecer análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e que serão implementadas ao longo dos dez anos de vigência do Plano.
- ✓ Planejando A Próxima década – contruindo os Planos de Educação:
http://pne.mec.gov.br/?pagina=metas_municipio
- ✓ Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle:
<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>